



INTERNATIONAL COFFEE ORGANIZATION
ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL CAFÉ
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CAFÉ
ORGANISATION INTERNATIONALE DU CAFÉ

ICC 104-6

9 março 2010
Original: português

P

Conselho Internacional do Café
104^a sessão
2 – 4 março 2010
Cidade da Guatemala, Guatemala

**Declaração do Delegado do Brasil
ao Conselho Internacional do Café
aos 2 de março de 2010**

Senhor Presidente,
Senhores Embaixadores e Altos-Comissários,
Senhor Diretor-Executivo e Diretor de Operações,
Distintos Delegados dos países exportadores e importadores,
Senhoras e Senhores,

1. Em nome do Governo brasileiro, gostaria de parabenizar e agradecer a Anacafé e o Governo da Guatemala por sua hospitalidade e por seu empenho na organização bem-sucedida da Conferência Mundial do Café, ocasião privilegiada para a discussão da situação atual e perspectivas da cafeicultura mundial. Tomo, hoje, a palavra para dar seguimento a reflexão do Brasil sobre o funcionamento da Organização Internacional do Café no contexto da discussão do plano estratégico 2009-14.

2. As discussões em torno da aprovação do Acordo Internacional do Café de 2007 levaram o Brasil a fazer uma profunda e detida avaliação do papel da Organização Internacional do Café à luz da estrutura do comércio mundial de café. Audiências públicas foram convocadas pela Comissão que examina o tema na Câmara dos Deputados, e representantes dos produtores levaram suas preocupações ao Executivo brasileiro. O processo tem demonstrado haver dúvidas inquietantes sobre a importância que a Organização, em sua situação atual, tem para as atividades do setor do café no Brasil.

3. Como recordou a Delegação brasileira na última reunião deste Conselho, o abandono do sistema de quotas e a desregulamentação do mercado internacional do café resultaram na liquidação dos estoques reguladores nos países exportadores e no aumento de estoques nos países importadores, transferindo para estes últimos o poder de formação de preços e acentuando o desequilíbrio, já considerável, entre exportadores e importadores, no que diz respeito ao poder de mercado e à participação nos benefícios da economia cafeeira mundial.

4. A percepção que prevalece no setor cafeeiro no Brasil hoje é de que, na Organização Internacional do Café, foro em que, em épocas passadas, se discutiam, de forma franca e aberta, questões como o equilíbrio entre oferta e demanda e a obtenção de preços justos para os produtores, a agenda passou a ser pautada por questões periféricas da economia cafeeira mundial. Reconhecemos a importância de promover a sustentabilidade do setor cafeeiro. Sabemos todos, porém, que os pilares social e ambiental do desenvolvimento sustentável do mundo do café repousam sobre a sustentabilidade econômica. Não se pode pretender elevar o nível de vida do produtor de café e de sua família sem pagar-lhe preço justo e remunerativo pelo fruto de seu trabalho.

5. Não repetirei aqui a análise econômica apresentada pela Delegação brasileira em setembro passado. São bem conhecidas por todos as dificuldades dos países produtores. A questão que precisamos abordar é a de como assegurar um equilíbrio nas atividades da OIC de modo que permita que a Organização mantenha seu papel na geração de estatísticas e análises sobre a economia cafeeira, bem como auxilie na implementação de projetos que promovam a evolução do setor nos países produtores e ataque as questões centrais da economia cafeeira internacional. A Organização precisa estar à altura da tarefa de buscar formas concretas pelas quais produtores e consumidores possam cooperar para que preços remunerativos e estáveis permitam o equilíbrio de longo prazo no setor.

6. Recordo que o tema não é de exclusivo interesse dos países produtores. Na ausência de políticas e preços que garantam a sustentabilidade econômica da produção, os países consumidores serão confrontados com a contração da produção cafeeira e a substituição do café por outras culturas mais rentáveis, o que não deixará de ter efeito sobre suas atividades.

7. Entendemos que uma das formas de avançar nessa direção é promover discussão ampla sobre as formas de financiamento disponíveis à economia cafeeira ou que seriam passíveis de criação, inclusive no que se refere aos estoques de curto prazo. Nesse sentido, o mandato e atuação do Fórum Consultivo sobre Financiamento do Setor Cafeeiro deveriam, na visão do Brasil, concentrar-se na discussão, troca de experiências e busca de novas idéias sobre as formas de financiamento e gerência de risco no setor e seu impacto sobre a economia internacional do café, e não na busca de recursos para projetos, que tem normalmente seus próprios canais de financiamento. Para tanto, o seminário a ser realizado, em setembro próximo, deveria concentrar-se nesses temas, inclusive como forma de subsidiar a preparação do início das atividades do Fórum sob o AIC de 2007.

Senhor Presidente,

8. A prática da escalada tarifária e a manutenção de barreiras não-tarifárias ao comércio do café industrializado, sobretudo do café solúvel, tem gerado graves prejuízos para a cafeicultura e impedido a agregação de valor e maior participação dos países produtores na

economia cafeeira mundial. Apesar das reiteradas manifestações do Brasil nas reuniões do Conselho da OIC sobre os prejuízos sofridos pela manutenção de tarifas elevadas sobre produtos industrializados do café, não houve avanços na questão.

9. Cito, como exemplo, a tarifa de 9% imposta pela União Européia às exportações brasileiras de café solúvel. O Brasil pertence ao SGP Geral europeu, mas está graduado, ou seja, excluído das preferências em relação ao café. Os demais países beneficiários do SGP Geral e do SGP Plus europeus têm tarifas mais favoráveis, de 5,5% e 0%, respectivamente. Isso discrimina e afeta a competitividade das exportações brasileiras de café, que perdem espaço naquele mercado.

10. O tema da escalada tarifária foi discutido na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio e está sobre a mesa proposta que, se não eliminaria o problema, reduziria sua dimensão. Infelizmente, no momento, não são particularmente otimistas as perspectivas de conclusão e implementação dos resultados da Rodada Doha. Neste cenário, o Brasil gostaria de introduzir na OIC a discussão sobre a possibilidade de antecipar a implementação dos resultados sobre escalada tarifária previstos na Rodada Doha no setor do café. Sugerimos, assim, que o Secretariado prepare nota informativa sobre o tema para discussão na reunião de setembro.

Senhor Presidente,

11. Em anos recentes, tem crescido a percepção de que a OIC não tem sido capaz de atender aos anseios dos países produtores e de oferecer benefícios concretos a seus Membros. A cooperação multilateral no âmbito da OIC não tem produzido resultados satisfatórios, mas isso não justifica que devemos abandonar a Organização. Ao contrário, acreditamos que existe margem, no marco jurídico do Acordo Internacional do Café de 2007, para que a OIC volte a ter posição ativa e influente na economia cafeeira internacional.

12. Da mesma forma que os excessos que resultaram na crise financeira mundial levaram os governos e bancos centrais a reexaminarem a estrutura do sistema financeiro internacional, devemos, neste foro, reavaliar a estrutura da economia cafeeira mundial e fazer os ajustes e acertos necessários para que este mercado possa, de fato, trazer benefícios para todos os atores. A entrada em vigor do novo Acordo Internacional do Café representará oportunidade propícia para a consecução desses objetivos. Caso contrário, a Organização corre o risco de perder relevância, não atingir seu objetivo de atrair novos Membros e perder os atuais.

13. Nesse sentido, devemos buscar privilegiar a eliminação efetiva das barreiras tarifárias e não-tarifárias, favorecer a agregação de valor por parte dos países produtores, almejar o estabelecimento de mecanismos que permitam aos países produtores controlar melhor o ritmo

de escoamento de sua safra, por meio do financiamento da formação de estoques, e fomentar o desenvolvimento de novos mercados, como o chinês, para permitir o crescimento contínuo e sustentável da economia cafeeira internacional.

14. O Governo brasileiro buscará coordenar-se com os demais Membros da Organização, com vistas a fortalecer a cooperação internacional e a garantir o desenvolvimento equilibrado da economia cafeeira mundial, gerando renda no campo, melhoria na qualidade de vida, aumento da qualidade da produção e proteção ao meio ambiente.

Muito obrigado.